

DO TRIBUNAL PLENO

INSTRUÇÃO NORMATIVA

SESSÃO PLENÁRIA – PLENO

INSTRUÇÃO NORMATIVA

Nº 17/2021/TCMPA, de 25 de agosto de 2021.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A EMISSÃO DE ALERTAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato nº 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO a competência dos Tribunais de Contas em emitir alertas à gestão, conforme preceitua o art. 59, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF);

CONSIDERANDO os artigos 248 a 253 do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (Ato nº 23) c/c art. 64, inciso X, da Resolução Administrativa nº 01/2021/TCMPA.

CONSIDERANDO a Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019, que estabelece regras para o recebimento e disponibilização dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de acompanhamento da gestão fiscal municipal, com atuação do controle concomitante pelo Tribunal de Contas;

RESOLVE: Aprovar a **Instrução Normativa nº 17/2021/TCMPA**, que dispõe sobre a emissão de alertas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Os atos de alerta emitidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios observarão o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 2º. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, emitirá alertas, na forma do art. 59, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000, quando verificar:

I - a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso II do art. 4º e no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000;

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

IV - que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Art. 3º. Serão destinatários do alerta ao:

I - Chefe do Poder Executivo;

II - Chefe do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Compete aos Chefes dos Poderes Municipais, enumerados nos incisos I e II, deste artigo, comunicarem aos respectivos responsáveis pelos Controles Internos, quanto aos alertas recebidos, objetivando a adoção das providências de alçada.

Art. 4º. Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Ato de Alerta: ato administrativo formal emitido pelo Tribunal de Contas, relatado no art. 59, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, o qual registra, expressamente, o dever da autoridade de acautelar-se diante de possíveis ocorrências de irregularidades.



II - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI): sistema mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) destinado a receber os dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao § 2º do art. 48, bem como as informações relativas ao cumprimento dos artigos 11, 51, 52, 53, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

III - Unidade Técnica de Controle Externo: órgão integrante da atividade finalística do Tribunal, conforme serviços auxiliares vigentes.

CAPÍTULO II DOS ALERTAS

Art. 5º. O procedimento de alerta será iniciado mediante a emissão de instrução pela unidade técnica de controle externo, devendo ser encaminhado ao Relator para conhecimento e adoção de providências.

Art. 6º. O Relator encaminhará o ato de alerta aos destinatários elencados no art. 3º quando constatadas quaisquer das ocorrências elencadas no art. 2º desta Instrução Normativa.

§ 1º. Fica delegada à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo - DIPLAMFCE, após ciência do Relator, na forma do **art. 64, inciso X, da Resolução Administrativa nº 01/2021/TCMPA**, a competência para expedir atos de alerta, objetivando o específico e exclusivo cumprimento das disposições estabelecidas por esta Instrução Normativa.

§ 2º. Os alertas serão, preferencialmente, encaminhados por meio eletrônico, podendo ser realizados por outra via, no caso de impossibilidade de serem efetuados pelo sistema, respeitadas as formas regimentais.

Art. 7º. Para fins de alerta, poderão ser utilizadas informações da base de dados interna do TCMPA ou junto a outras bases de dados públicas disponíveis.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, para fins dos alertas emitidos com fulcro no art. 2º, II e III desta Instrução Normativa, fica autorizada a utilização da base de dados disponível no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

§ 2º. Na ausência dos dados enumerados no § 1º deste artigo, o Relator notificará o(s) chefe(s) do(s) Poder(es) Executivo e/ou Legislativo para que encaminhe(m) as informações ao SICONFI, sob pena de multa, na forma do art. 698, III, “a”, do Regimento Interno (Ato nº 23).

Art. 8º. As informações utilizadas nos Atos de Alerta não representam seu juízo de legalidade e/ou legitimidade, tão somente uma advertência aos jurisdicionados quanto a possibilidade de acautelar-se frente a possíveis irregularidades.

Art. 9º. No ato de alerta deverá constar, no mínimo:

- I** - o nome do responsável pela entidade;
- II** - os motivos do alerta, fundamentado com a indicação do(s) dispositivo(s) legal(is) de regência;
- III** - a indicação do número da manifestação técnica que serviu de fundamento;
- IV** - o período de recondução ao limite, se houver;
- V** - as possíveis sanções ao descumprimento.

Art. 10. O alerta dispensa qualquer manifestação por parte do seu destinatário quanto ao seu teor.

Art. 11. A impugnação relativa a qualquer das informações constantes nos alertas emitidos deverá ser arguida quando da apresentação da defesa da respectiva prestação de contas.

Parágrafo único. Os alertas deverão ser considerados por ocasião do julgamento das contas do respectivo exercício.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os casos omissos, de repercussão específica, serão submetidos à decisão monocrática do Conselheiro Relator, enquanto os demais, de repercussão geral, serão submetidos à apreciação conjunta do Tribunal Pleno.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 25 de agosto de 2021.

